

# Literatura Oral: rupturas e continuidades

Teresa Manjate

Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane

## Resumo

O artigo discute a dinâmica da vida da literatura oral como objecto de estudo e conseqüentemente da emancipação estatutária da disciplina, bem como apresenta a formação de áreas de especialização, nomeadamente a Paremiografia e a Paremiologia.

A interferência da escrita na percepção do fenómeno é também abordada: escrita ou escritura? É importante distinguir os termos escrita e escritura, na medida em que a sua definição implica a valorização da performance, novo paradigma na aceção do fenómeno.

**Palavras-chave:** Literatura oral, escrita/escritura e performance

## Introdução

A escrita introduziu mudanças profundas a nível das estruturas mental e social. Segundo Walter Ong, “More than any other single invention, writing has transformed human consciousness” (1982:77).

A nível mental, a escrita estabelece o que se pode chamar “linguagem de contexto livre” ou discurso autónomo, isto é, podemos ler um texto em qualquer contexto, em qualquer momento, independentemente, da sua condição de produção. Entre os sujeitos envolvidos, um escritor e o(s) seu(s) leitor(es), *quase* não há interacção e o nível de envolvimento é (quase) nulo, uma vez que não partilham, necessariamente, o mesmo contexto temporal e espacial. Esta relação escritor/leitor afecta profundamente processos mentais – conscientes e/ou inconscientes - envolvidos na composição e na leitura, uma vez que se interiorizam normas, princípios e modalidades disposicionais dos textos que permitem, de algum modo, recuperar os contextos e relacioná-los com outros novos. Consciente ou inconscientemente quer o escritor, quer o leitor predispõem-se, como agentes que comunicam em tempos, espaços e dimensões diferentes, para uma

atitude que envolve procedimentos específicos na codificação e na descodificação dos textos, a vários níveis.

A determinação da literatura como um domínio próprio, dentro da matriz cultural e social, relaciona factores múltiplos, pois a escrita constitui-se como uma conquista da palavra em relação a condicionantes espaciais e temporais. Alarga as potencialidades da língua para além do contacto interpessoal imediato. Reestrutura o pensamento e, ao longo do processo, transforma a língua numa espécie de “grafolecto” (Ong: 1977: 43-8), uma esfera de produção verbal, que envolve os agentes numa dimensão muito específica, muito mais resistente às vicissitudes das transformações sociais, culturais e linguísticas. Esta asserção afigura-se importante no contexto do estudo de disciplinas que estudam ou têm como suporte textos na Literatura Oral, pois muitas vezes estes aparecem registados de forma escrita. Este facto, sobretudo disposicional, de certa maneira, interfere na aceção mais profunda dos mesmos.

A nível social, a escrita, ao lado de factores económicos e políticos, serviu para definir novos contornos de estruturação e hierarquização no universo humano. Estabeleceu-se como um dos factores de formação e de inscrição de uma componente de afirmação e de estratificação social e cultural, de autoridade e em alguns casos, de supremacia, definindo-se, neste caso, a escrita como um factor de promoção social. “...Isto, na verdade, reflecte uma posição hierarquizante, que coloca a escrita como uma modalidade superior à oralidade...” (Costa: 2004: 3). Nesta perspectiva, definiram-se esferas de culturas hegemónicas, eruditas e cultas inscritas, no universo canónico, associadas ao factor escrita, e uma outra de culturas “subalternas” ou “marginais” associadas à *ausência da escrita*, isto é, adstritas a culturas de oralidade. É neste contexto que a literatura se impôs como uma entidade autónoma, isto é, como uma instituição, constituindo-se a partir de um conjunto de normas, princípios, inscrevendo um papel social e um domínio de actividade particular que se defende pela legitimidade que a sociedade lhe confere.

Sem dúvida, a escrita desempenhou e desempenha um papel fundamental neste processo de autonomização da literatura, ao mesmo tempo que definiu e ainda define, em alguns círculos mais conservadores, hierarquias e espaços entre os universos sociais da escrita e da oralidade.

Na formação e conceitualização do fenómeno literário criaram-se mecanismos de delimitação de esferas específicas de produção textual, estabelecendo, ao mesmo tempo, uma configuração estatutária dos textos. Definiram-se áreas

de maior ou menor aceitação, isto é, estabeleceram-se hierarquias para os textos de acordo com parâmetros particulares dentro e fora do contexto da escrita. O conceito cânone define parâmetros de selecção de textos, defendendo aqueles que os sistemas político-sociais, ideológicos, entre os quais o educativo, no sentido amplo, filtram e outorgam como representativos de uma nação ou de uma cultura, legitimando assim a sua presença nos manuais escolares e nos programas das academias, que, por seu turno, galvanizam outros aspectos que passam também pelas esferas económicas e mesmo políticas.

Assim, os sistemas educativos – formativo e informativo – desempenharam e continuam a desempenhar um papel preponderante na definição destas hierarquias, através do reconhecimento e valorização do capital simbólico que as literaturas corporizam, sobretudo, no fortalecimento do estatuto que elas ganham como instituição. As forças ideológicas, políticas e administrativas cederam, de algum modo, à imponência da escrita, literária ou não, como uma estrutura social que se configurou, que se adaptou e/ou se desprende de forças reguladoras em épocas diferentes. Os sucessivos paradigmas revelam processos de rupturas e consequentes afirmações de novos valores que testemunham esta força da literatura como instituição e como um objecto sempre renovado.

## Do papel das academias

As academias, no conjunto das instituições de poder, associadas às controladoras do gosto (agências promotoras de produtos, de valores e da moda) e do poder de compra (financiadores, doadores, entre outros), têm a responsabilidade na reprodução efectiva na mecânica deste processo complexo. Segundo Santerres-Sarkany (1991:51), “...a literatura como instituição está tão bem adaptada à concentração de poder técnico que os agentes se tornam intermutáveis: chama-se escritores para fazer parte de comissões de literatura das grandes editoras ou até para cumprir a função de editores literários...”.

As universidades e outras academias do saber, as editoras e os seus agentes fazem parte deste complexo quadro que define e reconhece a instituição escrita literária não só como um poder, através de alianças e de mecanismos de projecção dos seus agentes, como também de “filtro” na disseminação dos textos em si. Programas escolares e universitários, na sua feição mais complexa, desde os *curricula* à promoção de conferências, seminários e colóquios são, muitas vezes,

responsáveis na determinação do valor canónico que as literaturas conquistaram e continuam a conquistar, na sociedade. É assim que as universidades, academias de prestígio, colaboraram para o papel hegemónico da escrita e para a consolidação da literatura como instituição, ao lado das tecnologias cada vez mais modernas que fazem do livro um produto de acesso cada vez mais fácil, numa posição também concorrida pelos meios audiovisuais.

A industrialização da informação não só alargou as possibilidades de difusão como associou a comunicação da palavra escrita à difusão da palavra oral e da linguagem audiovisual. Com o suporte material e técnico, sobretudo informático, a escrita extrapolou, pois já não é só do seu prestígio que ela goza, mas do suporte tecnológico que facilmente multiplica o número de editores ou casas de cultura e de erudição, favoráveis à disseminação da comunicação escrita (literária ou não). Segundo McLuhan (1967: 50), “Printing (...) confirmed and extended the new visual stress. It created the portable book, which man could read in privacy and in isolation of others”. Acrescente-se que, de qualquer ponto do mundo, se pode ter acesso à informação escrita através da *Internet*. Aqui programas cada vez mais sofisticados põem à disposição dos leitores informação de todo o tipo, incluindo especializada, que favorecem o contacto, ainda que virtual, com bibliotecas de vários quadrantes, colocando os textos em níveis de acesso que a distância outra constrangeria.

## **Entre a escrita e a escitura**

É ao lado deste quadro complexo e estruturado que a Literatura Oral vive e se actualiza como fenómeno artístico verbal, numa dinâmica espontânea e natural, e, ao mesmo tempo, na esfera académica, onde se vai estruturando, como objecto de reflexão. Ao mesmo tempo que ela vive e se impõe via boca-a-boca ou boca-a-orelha, como sempre viveu, ela encontrou novos caminhos através da escrita, ou melhor “escitura” como um recurso de fixação, de suporte de memória e de divulgação. Este quadro complexo não escapou nem escapa à percepção dos agentes envolvidos na dinâmica da oralidade. Os textos da Literatura Oral ganharam também outra projecção, dentro do universo primariamente consagrado à escrita através do registo gráfico, pela mão dos escritores que os resgatam como um recurso retórico e poético e também pela mão dos colectores, que os registam através da escrita ou de meios audiovisuais. Os meios sociais e tecnológicos

também oferecem uma projecção que os divulgam sem o constrangimento do tempo ou do espaço onde se actualizam. Através dos universos formais do saber canónico, os textos da Literatura Oral são revalorizados ao serem resgatados para a esfera do pensamento académico e impondo áreas específicas de conhecimento.

É importante distinguir os termos *escrita* e *escritura*, na medida em que o termo escrito, sob a influência da visão literária, sugere autonomia, unicidade (texto único), criatividade, espontaneidade, aspecto pouco ou nada presente na filosofia do registo escrito de textos orais. O termo *escritura* parece-nos, neste contexto, mais adequado na medida em que exclui a componente criativa deliberada, inscrevendo, quase unicamente, a ideia de registo escrito, como “cópia” de textos orais, pese embora a consciência das perdas que os registos escritos não podem contornar. Na língua inglesa é possível distinguir *writing* de *scripture*, este último mais próximo da ideia que a palavra *escritura* inscreve. Outra fonte de inspiração é a ideia subjacente na designação “Sagrada Escritura”, que inscreve também a ideia de um posterior registo escrito dos textos inicialmente orais que ela corporiza. “A revelação de Deus aos homens transmitiu-se durante muitos séculos através da tradição oral. E escritura só começa a ganhar corpo a partir de David” (Bíblia Sagrada: História do Antigo Testamento: Introdução: i). A distinção entre *escrita* e *escritura* é deveras importante na medida em que, segundo Walter Ong (op cit.: 11) “With their attention directed to texts, scholars often went on to assume, often without reflection, that oral verbalization was essentially the same as the written verbalization they normally dealt with, and that oral art forms were to all intents and purposes simply texts, except for the fact that they were not written down”.

## **Intersecção oralidade e escrita: rupturas ou continuidades?**

As realizações linguísticas – textos (produto) e discursos (processo)<sup>4</sup> - são práticas sociais e manifestam relações de poder, pois são constituídos por um conjunto de convenções associadas e socialmente estabelecidas “... the ways in which we communicate are constrained by the structures and forces of those social institutions within which we live and function” (Fairclough: 1989: vi).

<sup>4</sup> “A text is a product rather than a process – a product of the process of text production. (...) The term discurs refer to the whole process of social interaction (...)” Norman Fairclough (1989) *Language and Power*, Longman, London (p. 24-28).

Assim se definem os textos orais, no geral, e os provérbios em particular, como instituições, pois, dentro da comunidade em que se realizam, no quadro geral da expressão comunicativa, reflectem convenções socialmente estabelecidas, através de múltiplos aspectos composicionais, cumprindo múltiplas funções, reconhecidas dentro das comunidades que os criam, recriam, enunciam, vivificam em cada momento em que são proferidos. Corporizam estruturas e valores conhecidos e reconhecidos pelos falantes dentro das comunidades onde são comumente enunciados e interpretados, de diferentes modos, de forma contínua e sistemática, em múltiplos contextos.

Os contos são proferidos, de forma contextualizada, em momentos específicos, como instrumentos lúdicos, de socialização e orientação. Os provérbios amalgamam-se em textos de conversas do dia-a-dia, em discursos políticos, religiosos, académicos, em slogans publicitários, como recurso retórico, inscrevendo o que o filósofo grego, Aristóteles denominou *logos*, *ethos* e *pathos*, recorrentes e decorrentes dos universos que se pretende representar, envolvendo interlocutores, individualmente ou em grupo.

Paralelamente à forma oral, viva, corrente e espontânea, estes textos têm espaço em textos escritos. Na literatura, eles funcionam como um recurso não só estilístico, obedecendo a uma lógica (*logos*), uma racionalidade interna, que os autores resgatam dentro dos quadros que pretendem projectar. No caso de África, mencionamos, a título de exemplo, Chinua Achebe, autor de *Things Fall Apart* (1958), *Arrow of God* (1964), entre outros e Nhugi wa Thiongo, autor de *A Grain of Wheat* (1967) e *The River Between* (1965), entre outros. No caso particular de Moçambique, citamos, como exemplos paradigmáticos, os escritores Ungulani Ba Ka Khosa, autor de *Ualalapi* (1987), de *A Orgia dos Loucos* (1990), de *Os Sobreviventes da Noite* (2005), e *Choriro* (2009), Mia Couto, autor de *Vozes Anotecidas* (1986), de *Terra Sonâmbula* (1992), entre outras, como escritores que buscam a literatura oral, mais particularmente os provérbios e os trabalham, inscrevendo nas suas obras uma ligação entre a oralidade e a escrita.

Os significantes das novas realidades conduzem a novas configurações imagéticas e retóricas que resgatam legitimidades socioculturais de universos em algum momento marginalizados por sectores específicos das sociedades africanas e cujos mecanismos de regulação ultrapassam os limites dos sujeitos desses universos, surgindo, segundo alguns estudiosos africanos como J.S. Mbiti (1969, 1992), A. Mazrui (1995), K. Appiah (1987, 1992), V.Y. Mudimbe (1988), o princípio de sociedades que agenciam a sua existência, com a causa da identi-

dade como factor-chave. Nesta acepção, a pós-colonialidade, como pressuposto teórico e como projecção pressupõe uma nova visão da sociedade que reflecte sobre a sua própria condição periférica, busca e resgata valores, reconstruindo ou reconstituindo imaginários e perspectivas retóricas adaptadas à lógica de novas realidades sociais, políticas e mesmo geopolíticas. Assim sendo, estes escritores, entre muitos outros, buscam nos provérbios a *logos* (uma lógica, uma racionalidade adstrita aos universos que projectam), uma *ethos* (inscrição de marcos ideários e, simultaneamente, um apelo à credibilidade dos valores que os transmitem) e uma *pathos* (um recurso às emoções de quem se aproxima dos universos representados). Estes escritores, nas suas obras recorrem a provérbios ou “proverbialidades” (Shirley Arora: 1984) como recurso retórico e poético, explorando aspectos que põem em evidência traços da filosofia dos espaços geográficos e culturais onde as personagens agem e interagem e da *pathos*, explorando vias de cometimento emocional, por vezes catártico. Estes socorrem-se de provérbios e usam-nos como emblemas de uma racionalidade imanente nos universos que sobrevivem nas suas obras. Ana Mafalda Leite (1998:13) considera, nesta perspectiva, a escrita como continuidade da oralidade, ou um “manifesto da oralidade” porque consciente e profícuo.

Numa outra dimensão, associada ao universo da escrita, imensas recolhas, edições são feitas, segundo motivações diversas, de forma quase sistemática. Programas especiais são organizados com o objectivo de recolher e publicar provérbios, resultantes de um reconhecimento do seu valor cultural, reflexo de um esforço de busca, de um conhecimento mais sólido e de preservação destes como um património vivo, corpus para estudos trans e pluridisciplinares, algumas vezes sob a filosofia da recuperação e preservação de riquezas que não se podem perder. Referências incontornáveis são as várias antologias paremiográficas (de provérbios) publicadas, de forma regular, desde o século XVIII, na Europa, e século XX, em África. Em Moçambique, são exemplo deste exercício, os projectos de instituições nacionais e internacionais de cultura e de intervenção social, governamentais ou não, como instituições do aparelho colonial, o Instituto de Investigação Tropical, as Missões Religiosas, o Arquivo do Património Cultural (ARPAC), a Rádio Moçambique, o Arquivo Histórico de Moçambique, a UNESCO, entre outras. Os manuais escolares sobretudo de aprendizagem de línguas e de culturas são um veículo privilegiado para a difusão de provérbios.

Com o desenvolvimento das tecnologias mais modernas, de acesso fácil, os provérbios, em particular, conheceram uma maior divulgação e de forma mais

global. Imensas páginas da *Internet* dedicam particular atenção à sua divulgação em registo escrito de diferentes quadrantes, em línguas diferentes. Uma pesquisa electrónica rápida resulta em mais de oito milhões de endereços contendo hipertextos<sup>5</sup> sobre o assunto, sendo uma grande parte dedicada ao “Livro dos Provérbios”, do *Antigo Testamento*, atribuído a Salomão e a recolhas paremiográficas. Apresentam ainda estudos que agrupam visões múltiplas sobre a Paremiologia clássica e moderna de que são exemplo as Revistas, *Proverbium: Bulletin d’Information sur les Recherches Parémiologiques* (1965 - 1975), “De Proverbio – An Electronic Journal of International Proverb Studies” (1995-2001), com a edição sob a responsabilidade de Theodor Flonta, a revista “The Journal of Folklore (1965 – 1983), entre outras edições de igual importância, devido a sua importância para o desenvolvimento da Paremiologia Moderna.

Os meios de comunicação social têm-se revelado também um veículo preponderante de divulgação de provérbios. A título de exemplo, o canal da *British Broadcast Cooperation*, vulgo BBC, dedicou durante muito tempo (2005/6) um espaço particular a este tipo de texto; o jornal “Notícias”, de Moçambique, tem uma rubrica consagrada ao pensamento do dia. Neste espaço, são apresentadas máximas de entidades e provérbios cuja origem é normalmente assinalada. Anúncios publicitários divulgados nestes meios são outra fonte de revelação dos textos, recuperando de forma notável a linguagem e a estrutura dos mesmos.

Muitas são as motivações para o estudo do provérbio, como texto e como discurso, como instituição. A sua condição tradicional, de *tradere*, isto é, a sua longa vida como instituição reconhecida como uma categoria específica, a sua origem e história, a sua actualidade (matriz e conteúdo), a forma prosódica, o seu valor didáctico e coercivo ou ordenador, a sua condição de recurso persuasivo, as recolhas e os estudos feitos, de forma multiforme e multidisciplinar, as temáticas exploradas e por explorar são, sem dúvida, motivação para o estudo dos provérbios.

---

<sup>5</sup> Hipertexto é o termo que remete a um texto em formato digital, ao qual se agrega outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas denominadas hiperligações, ou simplesmente ligações. Estas ligações ocorrem na forma de termos destacados no corpo de texto principal, ícones gráficos ou imagens e têm a função de interconectar os diversos conjuntos de informação, oferecendo acesso sob demanda a informações que estendem ou complementam o texto principal. ([www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org))



## Conclusão

Os provérbios, a sua textualidade - estrutura e linguagem, contextos textuais e situacionais, modos de enunciação e de significação - são o objecto de alguns trabalhos recentes. A plenitude da significação dos textos orais, no geral, e do provérbio, em particular, como texto e como discurso, envolvem processos múltiplos de produção/criação/emissão e recepção/compreensão/interpretação. Um problema transversal se coloca na apreciação dos textos orais, em particular dos provérbios: a performance. Por inerência e relevância dos factos importa sublinhar a transferência do eixo exegético dos textos do texto (conscientes do mecanismo que inscreve a sua actualização – a voz), factor que impõe uma diferenciação clara entre a palavra dita e a palavra falada, entre a escrita e escritura.

É nesta perspectiva que se justifica um movimento revigorativo de pesquisa e registo, desta feita com suporte de recursos que transcendam o simples recurso à escritura, marcando um salto epistemológico ao se clamar por uma nova postura perante o tipo e modo de registo dos textos orais. Transcendendo os esforços dos séculos anteriores, é importante que os Centros de Oralidades que são necessários para fazer jus à abertura da academia para a Literatura/posturas emancipadoras da Literatura Oral, se apetrechem de meios modernos que façam conciliar o que se ouve e o que se tem como registo da voz e do conjunto de códigos que acompanham as performances vivas dos momentos que dão vida e existência aos textos da Literatura Oral.

Recomenda-se, pois vivamente, uma revisitação às dinâmicas de registo – recolha, catalogação e arquivo – de textos da Literatura Oral com recurso a meios tecnológicos modernos, de modo a fazer valer a real dimensão dos textos, que preservem ou resgatem o carácter disposicional e performativo, aspectos únicos e dinâmicos que inscrevem a mudança não só epistemológica como paradigma da mudança do eixo exegético nas disciplinas de forma inter- ou transdisciplinar.

## Bibliografia

- A BÍBLIA SAGRADA: *Versão Dos Textos Originais* (1982). 10.ª Edição, Difusora Bíblica – Missionários Capuchinhos, Lisboa.
- ARORA, Shirley (1995) “*The Perception of Proverbiality*” in DeProverbio [www.DeProverbio.com](http://www.DeProverbio.com) (3.12.2004)
- ASANTE, Molefi Kele & ABARY, Abu S. (1996) *African Intellectual Heritage – A Book of Sources*, Temple University Press, Philadelphia
- BOURDIEU, Pierre (1989) *O Poder Simbólico*, 3.ª ed., DIFEL, Lisboa.
- BULL, Benjamim Pinto (1989) *O Crioulo da Guiné-Bissau: Filosofia e Sabedoria*, ICALP – Miniastério da Educação, Lisboa.
- BRUNVAND (1968) *The Study of American Folklore: an Introduction*, Norton Library, New York
- CARVALHO, João Soeiro (1996) *A Nação Folclórica: projecção nacional, política cultural e etnicidade em Portugal*, in Revista Transcultural de Música, <http://www.sbertrans.com> (21.2.2006).
- CHIMHUNDU, Herbert (s/d) “*Sexuality and Socialization in Shona praises and lyrics*” in Power, Marginality and African Oral Literature, Witwatersrand University Press, Johannesburg.
- COSTA, S. Roberto (2004). *Oralidade, Escrita e Escritura: Diferenças, Semelhanças entre as Modalidades Oral e Escrita e o Processo de Letramento* in Recorte Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, ano 1, no 1, Minas Gerais.
- Do ROSÁRIO, Lourenço (1987) *A oralidade Através da Escrita na Voz Africana* in Literaturas de Língua Portuguesa, FCG, Lisboa (pp181-189)
- DORSON, Richard M. (1971) “*American Folklore and the Historian*”, the University of Chicago Press, Chicago
- FAIRCLOUGH, Norman (1990) “*Language and Power*”, Longman, New York.
- FINNEGAN, Ruth (1970). “*Oral Literature in Africa*”, 1<sup>st</sup> ed., the Clarendon Press, Oxford.
- FINNEGAN, Ruth (1992). “*Oral Poetry: Its Nature, Significance and Social Context*”, 2<sup>nd</sup> Ed. , Bloomington In, Indiana University.
- FURNISS, Graham & GUNNER, Liz (1995) “*Power, Marginality and African Oral Literature*”, Press Syndicate of the University of Cambridge, Cambridge
- MANJATE, Teresa (2000) *O Simbolismo no Contexto Proverbial Tsonga e Macua-Lómwè*, Promédia, Maputo
- MANJATE, Teresa (2004) “*Representation of power through Oral literature: The Tsonga proverbial text*” artigo apresentado em Seminário, Faculty of Humanities and Social Science, Africa University, Mutare.
- MAZRUI, A.A. (1986) “*Africa’s Triple Heritage*”, in ASANTE, Molefi Kele & ABARY, Abu S. (1996) *African Intellectual Heritage – A Book of Sources*, Temple University Press, Philadelphia
- MBITI, J.S. (1990) “*African Religions and Philosophy*”, Heinemann, Nairobi.
- MUDIMBE, V.Y. (1988) “*The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the order of knowledge*”, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.
- OKPEWHO, Isidore (1990), “*The Oral Performance in Africa*”, Spectrum Books Limited, Ibadan.

- OKPEWHO, Isidore (1992), *African Oral Literature – backgrounds, character, and continuity*, Indiana University Press, Bloomington and Indianapolis.
- OKPEWHO, Isidore (1996) “*The Resources of Oral Epic*” in *African Intellectual Heritage – A Book of Resources*, Temple University Press, Philadelphia.
- ONG, Walter (1982) “*Orality and Literacy: The Technologizing of the Word*”, Routledge, New York.
- SANTERRES-SARKANY, Stéphane (1990) *Teoria da Literatura*, Publicações Europa América, Lisboa.
- SENE, Papa Massène (1985) “*La Parole Pensée: Impératifs et Contraintes Dans la Littérature Orale*”, in *Notre Librairie*, 8.
- SENGHOR, M. Léopold Sédar (1983). “*Préface a La Pensée Africaine: Recherches sur les fondements de la pensée négro-africaine*”, de Alassande Ndaw, Les Nouvelles Éditions Africaine, Dakar.
- SITOE, Bento & Jeanne Penvenne (2000) “*Power, Poets and People: Mozambican Voices Interpreting History, in Social Dynamics*”, 26:2 (55-86).
- VANSINA, Ian (1968). “*La Tradition Oral*”, ed. Labor, Barcelona
- ZUMTHOR, Paul (1983) “*Introduction à La Poésie Orale*”, Ed. SEUIL, Paris.